



somos
coop»

RELATÓRIO ANUAL

DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

2023

APLICATIVO



Agora com
mais funções!



Baixe agora mesmo:



SUMÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	4
MISSÃO, VISÃO E VALORES	5
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
QUADRO DE BENEFÍCIOS	8
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO E PASSIVO	9
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES DAS DESTINAÇÕES E REVER-SÕES DAS SOBRAS OU PERDAS	13
NOTAS EXPLICATIVAS	14
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28



EXPEDIENTE

PRESIDENTE DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Sérgio de Oliveira Penido

1º VICE-PRESIDENTE DIRETOR COMERCIAL

Antônio José da Silva

2º VICE – PRESIDENTE DIRETOR DE PRODUÇÃO E INDUSTRIAL

Igor de Souza Cândido

CONSELHO VOGAL

1º Ricardo Batista de Lima

2º José Rodrigues Vargas

3º José Augusto Moreira de Lima

4º Vágniton Silva Ribeiro

SUPLENTE

Juliano Caldeira Brazão

CONSELHO FISCAL

Robson Rodrigues de Oliveira

Renato Estevão dos Reis

Alexandre Marques dos Reis

SUPLENTE

Sérgio Augusto de Moraes

Sueli Arantes de Souza Gomes

Danilo Nunes da Silva

COORDENADOR ADMINISTRA-TIVO

Itamar Fernandes de Melo

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Melo

MARKETING

Bruno Knuth

Bruno Perotto

Isabela Araújo

COORDENADORA DE MARKETING

Yohanna Ferreira

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Guilherme Gontijo

IMPRESSÃO

Flex Gráfica

Representação Comercial

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



DIRETOR PRESIDENTE
**SÉRGIO
DE OLIVEIRA
PENIDO**



DIRETOR COMERCIAL
**ANTÔNIO
JOSÉ DA SILVA**



DIRETOR DE PRODUÇÃO
**IGOR
DE SOUZA
CÂNDIDO**

CONSELHO VOGAL



**RICARDO
BATISTA DE
LIMA**



**JOSÉ
RODRIGUES
VARGAS**



**JOSÉ AUGUSTO
MOREIRA DE
LIMA**



**VÁGNITON
SILVA RIBEIRO**

SUPLENTE



**JULIANO
CALDEIRA
BRAZÃO**

CONSELHO FISCAL



**ROBSON
RODRIGUES
DE OLIVEIRA**



**RENATO
ESTEVÃO
DOS REIS**



**ALEXANDRE
MARQUES
DOS REIS**

SUPLENTE



**DANILO
NUNES
DA SILVA**



**SÉRGIO
AUGUSTO
DE MORAIS**



**SUELI ARANTES
DE SOUZA
GOMES**

Quem somos e aonde vamos chegar

PROPÓSITO



Construir soluções que resolvam demandas coletivas, gerando valor aos negócios dos cooperados, através da prestação de serviços.

MISSÃO



Prestar serviços de forma eficiente, com a finalidade de sustentar nosso propósito.

VISÃO



Conquistar até 2026 uma rentabilidade sustentável e perene, aprimorando as sinergias entre nossos negócios, amparado por capital próprio, através da gestão de pessoas, políticas e processos eficientes.

VALORES



Cooperação
Respeito às pessoas
Integridade
Transparência
Sustentabilidade/ESG
Compromisso com resultados



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO 2023

SENHORES COOPERADOS (AS),

Atendendo as disposições legais e estatutárias, temos a grata satisfação de apresentar o Relatório do Conselho de Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório de Auditoria Independente, relativos às atividades desenvolvidas no ano de 2023.

Nesses 45 anos, a Complem se consolidou como Modelo de Gestão Cooperativista pela inovação e pela fidelidade aos princípios cooperativistas, transformando-se em referência dos negócios relacionados ao leite, grãos, carne, agricultura familiar, industrialização e comércio de insumos agropecuários na região.

BENEFÍCIOS

Complem mais Leite – Departamento de Apoio ao Cooperado

Em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, a Cooperativa através do Departamento de Apoio ao Cooperado atendeu 65 propriedades com a distribuição de 1.115 doses de sêmen de touros de raças leiteiras. Cooperados de 08 municípios da área de atuação da Complem foram beneficiados.

Além do projeto o DAC realizou ao longo do ano 620 visitas às propriedades rurais oferecendo assistência técnica e informações aos associados.

COMPLEITE – PRODUTOS PREMIADOS

Em 2023, pelo segundo ano consecutivo, 04 produtos da linha Complete foram premiados durante o VI Congresso Brasileiro de Qualidade do Leite. Queijo Muçarela, 1º lugar em sua categoria; Doce de Leite, 2º lugar; Queijo Prato Lanche e Minas Padrão. Com esse resultado, celebramos, mais uma vez, a

conquista de todos, cooperados, gestores e colaboradores, sendo que a Compleite foi destaque nas mídias goianas e reconhecida tanto pelo mercado interno quanto externo.

INVESTIMENTOS

Buscando maior agilidade e eficiência em seus processos, a Complem fez vários investimentos no Complexo Industrial, viabilizando mais prestação de serviços e produtos aos cooperados, além de melhores condições de trabalho aos colaboradores.

ARMAZÉM DE GRÃOS

O grande foco da gestão em 2023 foi o desenvolvimento nos procedimentos operacionais com padronização no atendimento aos cooperados, através da ampliação no horário e prazo de recebimento de grãos.

LATICÍNIO

Na Fábrica de Laticínios houve um aumento considerável na sua capacidade produtiva. Os investimentos foram realizados na produção do queijo trança e palito. Também foi adquirido equipamento moderno para produzir queijo processado. A Complem conseguiu ampliar o portfólio de produtos alcançando novos mercados e dobrou a produção de queijos. A produção de manteiga também recebeu uma atenção especial com nova infraestrutura para maior produção de creme de leite o que triplicou a quantidade.

FEIRA DE AGRONEGÓCIOS – AGROTECNO-LEITE COMPLEM 2023

Uma das maiores Feiras do Agronegócio do Centro-Oeste, mais uma vez, bateu recorde. Quatro dias de muitos negócios, conhecimento e troca de experiências. A movimentação econômica foi de R\$ 300 milhões, em comercialização entre a Cooperativa e os parceiros na venda de rações, insumos, suplementos e implementos agrícolas, produtos veterinários, entre outros. 30 mil pessoas visitaram a Agrotecnoleite Complem.

AÇÕES

Além do resultado econômico tem o social. Há quatro anos consecutivos a Cooperativa realiza a Campanha do Dia C, Dia de Cooperar, envolvendo cooperados e produtores de leite.

Em 2023 a Feira da Agricultura Familiar abraçou a causa e participou do Dia C arrecadando verduras, frutas e legumes que também foram distribuídos às instituições filantrópicas de Morrinhos.

LINHA DE CRÉDITO PARA PEQUENOS PRODUTORES

A Complem foi a primeira Cooperativa a intermediar a liberação de linha de crédito através da Goiás Fomento para pequenos produtores investirem em suas propriedades em vários aspectos como melhoramento genético, energia fotovoltaica, etc. No total foram disponibilizados R\$ 1,5 milhão. A assinatura dos contratos aconteceu na Matriz com a presença do vice-governador Daniel Vilela.

Em 2023, o Quadro Social da Cooperativa apresentou a seguinte movimentação: 797 admissões, sendo 103 com capital e 694 sem capital. Houve 27 pedidos de demissão, 24 exclusões por falecimento e 03 estatutárias e 12 transferências total e parcial de capital, somando um total de 4.467 cooperados com capital e 2.632 sem capital no final deste exercício.

Para finalizar, passamos a proposta do Conselho de Administração em relação aos juros, sobras e pagamentos do capital dos demissionários:

- 1 - Pagamento dos juros 5% sobre o capital integralizado para o exercício de 2024;
- 2- Aos pedidos de demissão correspondentes ao valor de R\$ 290.439,64 (Duzentos e Noventa Mil Quatrocentos e Trinta e Nove Reais e Sessenta e Quatro Centavos), propomos a manutenção do que vem sendo feita como nos anos anteriores: o pagamento em 10 anos com prazo de carência de 03 anos para o início do pagamento e 07 anos para o pagamento em parcelas mensais sempre dentro dos limites da lei. Esse prazo poderá ser menor, caso o associado tenha integralizado seu capital num prazo menor que o aprovado para a devolução pela AGO com remuneração de juros de 5% ao ano;
- 3 - Não houve sobras a distribuir para os cooperados nesse exercício, devido às reversões e destinações feitas para atenderem a lei e o estatuto. Mesmo o resultado do ano sendo positivo.

Conselho de Administração

BENEFÍCIOS DISTRIBUÍDOS PARA OS COOPERADOS

2023 / 2022 / 2021 / 2020 / 2019 (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

BENEFÍCIOS DIRETOS	A/H%	2023	2022	2021	2020	2019
Juros sobre capital		2.321.677,81	2.119.613,05	1.588.144,95	1.090.183,44	1.356.385,85
Aumento de capital integralização 20% Estatuto Social			1.539.433,86	1.490.684,37	1.452.876,07	802.881,61
Sobras a integralizar compensação PIS E COFINS exercício de 2017					234.319,77	288.596,07
50% Sobras a pagar compensação PIS E COFINS exercício de 2018					110.352,00	810.129,04
84% Sobras integralizadas compensação PIS E COFINS exercício de 2018/2020/				747.788,38	110.352,00	810.129,04
16% Sobras a pagar em bônus compensação PIS E COFINS exercício de 2019/2020/2022				140.133,93	307.164,44	
Sobras a pagar como bônus compensação PIS E COFINS exercício de 2019					307.164,44	
Sobras a pagar compensação PIS E COFINS exercício de 2022/2021						
Sobras para aumento capital compensação PIS E COFINS exercício de 2022		2.742.292,50	848.069,70			
Bonificação sobre compras		500.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00	500.000,00
Sobras Líquidas a disposição da AGO		-	3.952.008,69	3.659.452,03	3.562.193,54	632.612,47
Subsídio Assistência Técnica		128.068,00	59.000,00	492.530,21	207.400,00	178.928,00
Bônus (soja)						70.222,90
TOTAL		5.692.038,31	11.018.125,30	10.118.733,87	8.382.005,70	5.449.884,98
	40.660.788,16					
	5 anos					

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

ATIVO	31.12.2023	31.12.2022	PASSIVO	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	7.407.908,41	4.012.595,68	Empréstimos e financiamentos - (nota 12 a)	176.770.195,75	236.023.986,85
Aplicações financeiras - (nota 4)	34.027.373,57	66.041.676,22	Fornecedores e empreiteiros - (nota 13)	81.276.404,12	151.171.556,44
Cooperados/Clientes - (nota 5)	217.992.691,59	231.738.409,45	Salários / Honorários / Encargos Sociais	10.083.653,21	9.931.581,18
Estoques - (nota 6)	136.945.753,29	187.439.888,34	Cooperado movimento - (nota 14 a)	13.474.520,79	17.180.744,61
Despesas do exercício seguinte - (nota 7)	1.440.910,15	1.177.218,47	Obrigações tributárias	1.716.071,52	2.445.153,40
Impostos a recuperar - (nota 8)	1.996.903,61	1.964.516,04	Total do passivo circulante	283.320.845,39	416.753.022,48
Total do ativo circulante	399.811.540,62	492.374.304,20	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Empréstimos e financiamento (nota 12 b)	-	7.250.000,00
Créditos diversos - (nota 09)	91.282.039,86	99.154.267,50	Cooperado capital a restituir - (nota 14 b)	4.135.905,49	4.500.608,07
Sub total ativo não circulante	91.282.039,86	99.154.267,50	Contingências - (nota 15)	20.536.063,35	15.328.481,10
PERMANENTE			Financiamento/leasing (nota 12b)	55.287.384,31	194.148,39
Investimentos - (nota 10)	4.679.784,34	3.588.627,52	Total do passivo não circulante	79.959.353,15	27.273.237,56
Imobilizado - (nota 11)	55.196.106,92	38.730.380,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 16)		
Sub total ativo não circulante	59.875.891,26	42.319.007,99	Capital social		
Total do ativo não circulante	151.157.931,12	141.473.275,49	Subscrito	79.526.364,49	69.251.822,39
TOTAL DO ATIVO	550.969.471,74	633.847.579,69	(-) Capital a Integralizar	(29.233.488,05)	(24.686.191,46)
			Capital realizado	50.292.876,44	44.565.630,93
			Reserva de capital CM	745.441,53	764.392,92
			Correção monetária anterior a 1988	1.983.955,79	1.983.955,79
			Reserva para investimentos 35%	14.354.565,63	14.354.565,63
			Reserva de Subvenção investimentos	23.978.281,28	17.959.830,00
			FATES Operações com Terceiros	743.993,34	1.819.296,22
			Fundo para devolução de capital	12.894.831,12	7.108.909,62
			Fundo de Reserva Legal	12.137.244,16	17.784.564,91
			FATES Estatutário		384.858,46
			Sobras à realizar PIS/COFINS	69.516.528,24	76.471.750,43
			Sobras à Realizar PIS E COFINS Red.B.Cálc. ICMS	1.041.555,67	2.671.556,05
			Sobras à disposição da AGO		3.952.008,69
			Total do Patrimônio Líquido	187.689.273,20	189.821.319,65
			TOTAL DO PASSIVO	550.969.471,74	633.847.579,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	2023 ASSOCIADO	2023 TERCEIRO	2023 TOTAL	2022 TOTAL
INGRESSOS RECEITA OPERACIONAL BRUTA	647.238.369,40	241.301.412,25	888.539.781,65	1.055.382.652,58
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	274.461.501,73	36.767.834,25	311.229.335,98	349.443.309,77
Insumos consumo Reprodutores	367.565.748,54	201.210.383,97	568.776.132,51	701.506.284,25
Serviços	5.211.119,13	3.323.194,03	8.534.313,16	4.433.058,56
Impostos sobre as vendas	(19.874.974,23)	(10.850.063,06)	(30.725.037,29)	(31.495.486,54)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(14.229.583,89)	(3.756.165,90)	(17.985.749,79)	(18.587.569,28)
Insumos consumo Reprodutores	(5.384.834,19)	(6.605.302,77)	(11.990.136,96)	(12.357.289,72)
Serviços	(260.556,15)	(488.594,39)	(749.150,54)	(550.627,54)
Devoluções	(12.293.556,21)	(2.015.225,17)	(14.308.781,38)	(29.452.913,80)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(4.119.514,35)	(432.581,88)	(4.552.096,23)	(6.082.351,91)
Insumos consumo Reprodutores	(8.174.041,86)	(1.582.643,29)	(9.756.685,15)	(23.370.561,89)
INGRESSOS RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	615.069.838,96	228.436.124,02	843.505.962,98	994.434.252,24
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	256.112.403,49	32.579.086,47	288.691.489,96	324.773.388,58
Insumos consumo Reprodutores	354.006.872,49	193.022.437,91	547.029.310,40	665.778.432,64
Serviços	4.950.562,98	2.834.599,64	7.785.162,62	3.882.431,02
DISPÊNDIOS CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(566.285.719,03)	(211.076.019,19)	(777.361.738,22)	(898.911.449,05)
Produtos Fabricação Própria\ Leite resfriado	(240.080.004,85)	(30.555.331,30)	(270.635.336,15)	(306.931.650,41)
Insumos consumo Reprodutores	(322.264.295,89)	(177.140.659,25)	(499.404.955,14)	(585.266.590,79)
Serviços	(3.941.418,29)	(3.380.028,64)	(7.321.446,93)	(6.713.207,85)
SOBRAS BRUTA	48.784.119,93	17.360.104,83	66.144.224,76	95.522.803,19
DISPÊNDIOS/RECEITAS OPERACIONAIS				
Com Vendas e Comerciais	(60.605.417,78)	(22.713.710,26)	(83.319.128,04)	(79.156.786,09)
Gerais e administrativas	(14.101.369,21)	(5.257.228,97)	(19.358.598,18)	(16.532.322,77)
Despesas Financeiras/Outras (nota 18)	(28.403.470,08)	(10.589.294,10)	(38.992.764,18)	(35.193.271,37)
Receitas Financeiras/ Outras (nota 19)	61.742.334,58	22.210.849,60	83.953.184,18	55.300.757,73
Ingressos Participação Societária/Vendas Imobilizado	1.106.684,87	88.569,60	1.195.254,47	1.216.681,35
RESULTADO OPERACIONAL	8.522.882,31	1.099.290,70	9.622.173,01	21.157.862,04
SOBRAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.522.882,31	1.099.290,70	9.622.173,01	21.157.862,04
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Imposto de renda		(167.337,07)	(167.337,07)	(380.093,39)
Contribuição social		(100.402,24)	(100.402,24)	(240.209,53)
AIR		(87.558,05)	(87.558,05)	(229.395,59)
		(355.297,36)	(355.297,36)	(849.698,51)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES	8.522.882,31	743.993,34	9.266.875,65	20.308.163,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE SOBRAS					TOTAL
		RESERVA DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	RESERVA DE SOBRAS E PERDAS	SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	43.404.597,30	2.776.338,07	16.088.149,32	30.745.698,07	73.717.041,31	3.659.452,03	170.391.276,10
Sobras 2022 pagas no exercício 2023						(3.659.452,03)	(3.659.452,03)
Resultado do Exercício 2022						20.308.163,53	20.308.163,53
Aumento de capital	271.184,01						271.184,01
Retenção aumento capital 20%	1.539.433,86					(1.539.433,86)	
Baixa de capital	(649.584,24)	(27.989,36)					(677.573,60)
Reversão FATES			(1.431.696,29)	(217.526,98)		1.886.615,48	237.392,21
Destinação de Reservas 5% e 10%				1.154.575,39		(1.154.575,39)	
Reserva Investimento/ fundo devolução de capital /subvenção			5.270.139,44	7.107.857,24		(12.377.996,68)	
Baixa por prescrição/incorporação				694.828,65			694.828,65
Sobras a realizar PIS COFINS					5.426.265,17		5.426.265,17
Participação dos empregados 1%						(203.081,64)	(203.081,64)
Sobras a pagar compensação de COFINS 2021						(848.069,70)	(848.069,70)
Pagamento de juros sobre capital integralizado 2022						(2.119.613,05)	(2.119.613,05)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	44.565.630,93	2.748.348,71	19.926.592,47	39.485.432,37	79.143.306,48	3.952.008,69	189.821.319,65
Sobras 2022 pagas no exercício 2023						(3.952.008,69)	(3.952.008,69)
Resultado do Exercício 2023						9.266.875,65	9.266.875,65
Aumento de capital	6.053.085,27						6.053.085,27
Retenção aumento capital 20%	-						
Baixa de capital	(325.839,76)	(18.951,39)		493.985,35		2.204.154,58	149.194,20
Reversão FATES reversão			(1.819.296,22)	(6.378.698,31)		5.993.839,85	(11.656.906,53)
Destinação de Reservas /reserva legal/ Fates terceiros			743.993,34	0,00		(743.993,24)	
Reserva Investimento/ fundo devolução de capital /subvenção			5.870.985,03	5.785.921,50		(11.656.906,53)	11.656.906,53
Estorno fundo de investimento 35% 2021/2022							-
fundo de investimento 35% art. 69 Estatuto Social							-
Sobras a realizar PIS COFINS					(8.585.222,57)		(8.585.222,57)
Participação dos empregados 1%							
Sobras para aumento de capital compensação PIS COFINS 2022						(2.742.292,50)	(2.742.292,50)
Pagamento de juros sobre capital integralizado 2023						(2.321.677,81)	(2.321.677,81)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	50.292.876,44	2.729.397,32	24.722.274,62	39.386.640,91	70.558.083,91	0,00	187.689.273,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Sobras líquidas do exercício	9.266.875,65	20.308.163,53
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.054.951,25	4.149.555,13
Baixa de ativos imobilizado	271.306,25	523.808,47
	13.593.133,15	24.981.527,13
Aumentos (reduções) nos ativos		
Contas a receber de clientes	13.745.717,86	(74.367.716,49)
Estoques	50.494.135,05	(38.036.032,25)
Outros	(296.079,25)	302.502,98
	63.943.773,66	(112.101.245,76)
Aumentos (redução) nos passivos		
Contas a pagar a fornecedores/empréstimos e empreiteiros	(132.855.167,24)	171.366.940,00
Salários e encargos sociais	152.072,03	(2.460.487,95)
Outros	(729.081,88)	(787.225,86)
	(133.432.177,09)	168.119.226,19
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(55.895.270,28)	80.999.507,56
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(17.556.883,27)	(6.323.172,79)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(17.556.883,27)	(6.323.172,79)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos captados a longo prazo/leasing	52.686.115,59	
Pagamentos de capital/juros/sobras	(13.906.037,23)	(43.918.117,84)
Ingresso de capital	6.053.085,27	1.810.617,87
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	44.833.163,63	(42.107.499,97)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(28.618.989,92)	32.568.834,80
Disponibilidades no início do exercício	70.054.271,90	37.485.437,10
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO EXERCÍCIO	41.435.281,98	70.054.271,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS

PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

	2023
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS REVERSÕES E DESTINAÇÕES	9.266.875,65
(-) Juros Pagos Capital Integralizado	2.321.677,81
SUB-TOTAL	6.945.197,84
REVERSÕES	
(-) Reserva para Investimento- benefícios fiscais	5.870.985,03
(-) FATES Operações com terceiros art. 87 lei 5.764/71	743.993,34
(-) Fundo para devolução de capital ressarcimento PIS E COFINS	5.785.921,50
(+) Aplicação do FATES Fundo de Reserva Assist.Técnica Educacional e Social	2.204.154,68
(-) Sobras compensação de PIS e COFINS para aumento capital referente exercício 2022	2.742.292,50
SUB-TOTAL PARA FORMAÇÃO DAS RESERVAS	(5.993.839,85)
(-) Transferência fundo de reserva legal - ad referendum	5.993.839,85
SOBRAS À DISPOSIÇÃO AGO	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS QUE INTEGRAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPLEM é uma sociedade cooperativa, regida pela Lei nº 5.764/71, sem finalidade de lucro e com objetivos comuns. Tem sua matriz instalada em Morrinhos - GO com as filiais do posto de combustíveis, fábrica de produtos lácteos, rações balanceadas, sal mineralizado, armazém graneleiro e fazenda modelo. Filiais nas seguintes cidades: Caldas Novas, Água Limpa, Rio Quente, Buriti Alegre, Edealina, Pontalina, Edéia, Aparecida de Goiânia, Aloândia, Corumbáiba, Itumbiara, Goiatuba, Ipameri e CD Central de Distribuição no DAIMO, CD Centro de distribuição de sementes, todas no Estado de Goiás, Filial em Brasília - DF e Novo Acordo TO. Tem como principal objetivo “Receber, beneficiar e industrializar a produção entregue pelos associados, manter seção de compras em comum e prestar serviços aos seus associados”, como industrialização e beneficiamento de leite e derivados, rações balanceadas, sal mineralizado, proteínado e energético, fornecimento de mercadorias de insumos/consumo e prestação de serviços de assistência técnica e social aos associados.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, em especial Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007, Decreto 9.580 de 22.11.2018, obedecendo a Lei nº 5.764/71, resolução nº 1.157/2009, nº 1.159/2009, ITG 2004, NBCTG, resoluções do CNC – Conselho Nacional de Cooperativismo e demais disposições complementares aplicáveis ao sistema contábil das sociedades cooperativas.

De acordo com as Normas acima, as demonstrações contábeis das cooperativas foram padronizadas em nomenclaturas e formas de apresentação. Dentre estas mudanças, a demonstração de resultado do exercício denomina-se demonstração de sobras e perdas e passou a ser segregada entre os atos praticados com cooperados e com não cooperados.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com os exercícios anteriores.

Todos os valores são apresentados em reais.

O critério para segregação dos atos praticados é pela proporcionalidade entre as vendas de produtos, serviços para cooperados e não cooperados para efeito de apuração dos impostos.

3. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As normas, interpretações e alterações, estão contempladas nas notas explicativas que seguem, conforme aplicabilidade do Pronunciamento para as demonstrações da cooperativa:

a. Registro das Operações

Foi adotado o regime de competência para registro das mutações patrimoniais, ou seja, o reconhecimento das receitas e despesas momento em que são ganhas ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

b. Aplicações financeiras

Foram registradas pelo valor da aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em valor julgado suficiente, para cobrir prováveis perdas na realização de contas a receber, principalmente sobre os valores em processo de execução judicial. A Administração da Cooperativa e a assessoria jurídica não têm a expectativa de outras perdas significativas.

d. Estoques

Avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou produção, inferiores ao valor de mercado.

e. Investimentos

Os investimentos estão avaliados pelo custo médio de aquisição, acrescidos das sobras e juros creditados, por tratar-se principalmente de investimentos em outras cooperativas.

f. Imobilizado

Foi demonstrado ao custo de aquisição ou construção menos a depreciação acumulada.

A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com as seguintes taxas anuais, julgadas suficientes pela administração para adequar o valor dos bens ao seu desgaste:

Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Instalações	10,0%.
Equipamentos de Comunicação	10,0%
Equipamentos e Sistemas de Processamento de Dados e Veículos	20,0%
Edificações	4,0%

g. Critério de Classificação

O Ativo Realizável e o Passivo Exigível com prazo inferior a 360 dias foram classificados como Circulante e os prazos superiores, no não circulante.

h. Empréstimos e financiamentos/contas a receber

Esses ativos são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. Surgem principalmente pela provisão de bens e prestação de serviços aos associados, assim como de clientes no caso de venda da produção (por exemplo, contas a receber), mas também incorporam outros tipos de ativos monetários contratuais. São inicialmente reconhecidos ao valor presente mais os custos da transação, que são diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões, e são registrados em seguida ao custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros em vigor. As provisões são reconhecidas quando houver evidência objetiva de eventual perda (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento). Imposto de renda e contribuição sociais.

O resultado decorrente da operação com cooperados é não incidente quanto aos tributos federais. As operações com terceiros geram normalmente os tributos federais, sendo calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes.

i. Outras exigibilidades

Demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo a provisão para férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos sociais.

J. Efeito de Comparabilidade

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 para fins de comparabilidade foram apresentadas em reais.

1. Operações com terceiros

Foram contabilizadas em separado de modo a permitir a apuração dos tributos federais devidos, conforme tratamento contábil e fiscal previsto na Lei nº 5.764/71 e Legislação do Imposto de Renda, apresentando resultado positivo de R\$ 743.993,34, sendo totalmente revertido para conta do FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, conforme art. 87 Lei nº 5.764/71.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicações financeiras em 31.12.23 nos seguintes bancos:

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	VALORES EM REAIS
Banco do Brasil S.A.	1.358.645,65
Cooperativa de Crédito (Unicred)	29.298.957,06
Banco Santander S/A	17.232,45
Banco Bradesco S. A	61.900,05
Banco Safra	420.091,99
Bolsa Garantia	50,00
Caixa Econômica Federal	2.870.496,37
TOTAL	34.027.373,57

5. CONTAS A RECEBER

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
Cooperados/Clientes	220.133.943,65
(-) PCLD	2.141.252,06
TOTAL	217.992.691,59

A Cooperativa adota o critério de constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos créditos vencidos há mais de 180 dias e julga ser suficiente para cobertura de eventuais perdas.

6. ESTOQUES

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
Mercadorias/materiais revenda	75.425.230,44
Produtos de fabricação própria	13.101.124,52
Materiais fábrica ração e sal	2.681.489,36
Mercadorias em poder terceiros/nosso poder	37.327.746,54
Materiais de uso e consumo	5.122.153,66
Materiais de embalagens	2.546.806,26
Matéria-prima leite in natura	229.303,24
Estoque em transito	511.899,27
TOTAL	136.945.753,29

Os estoques de produtos de fabricação própria foram avaliados pelo custo de produção, as matérias-primas, mercadorias e materiais para revenda foram avaliados pelo preço médio de aquisição, excluído o valor do ICMS, de conformidade com a legislação vigente.

7. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

As despesas de seguros e outras no montante de R\$ 1.440.910,15 que incorrerão no exercício seguinte estão registradas nesse grupo. Tais despesas serão apropriadas nas contas de despesas ou custo, na medida em que os benefícios forem auferidos, obedecendo assim o regime de competência.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Cooperativa possui registrado em seu ativo circulante R\$ 1.996.903,61, decorrentes de apropriação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, IOF, IR, CSLL, IRRF E INSS.



9. CRÉDITOS DIVERSOS

DESCRIÇÃO	VALORES EM REAIS
PIS E COFINS Red. Base Cálc. ICMS	1.041.555,67
Bradesco Título de Capitalização	960.653,75
IOF a recuperar	2.647.439,07
IRPJ a restituir	309.100,30
INSS ação judicial	15.012.336,36
CCL	1.794.426,47
PIS E COFINS A RECUPE- RAR	69.516.528,24
TOTAL	91.282.039,86

No exercício de 2002, a COMPLEM, em Assembleia Geral Extraordinária, decidiu pela desfiliação na Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, filiada desde 1979. Dessa forma, tem direito ao recebimento do capital integralizado no montante de R\$ 1.794.426,47, já deduzidas as perdas conforme decisão da AGO de 2003 da Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo. O pagamento desta restituição estava previsto para ser efetuado na forma em que a COMPLEM realizou o investimento, por meio de parcelas anuais até o ano de 2029.

No entanto, em 2011 a CCL comunicou que deixaria de restituir respectivo valor face multa e cobrança que lhe foi aplicada pela Secretaria da Receita Federal em função desta entender que há incidência de tributos federais no resultado obtido pela CCL na venda de parte de seu patrimônio, cujo montante não foi provisionado à época da distribuição das sobras a cada filiada.

A COMPLEM por sua vez, por entender que mesmo assim, tem direito de restituição do capital social integralizado na CCL, impetrou e ganhou a ação na justiça e a CCL não apresentando liquidez, ainda, estamos buscando a penhora dos bens existentes. No entanto, os valores relativos às parcelas anuais já vencidas e não recebidas, foram provisionadas como perdas em cada exercício a que se referem.

Nesta conta encontra-se registrado o saldo a receber da Receita Federal do Brasil, relativo a saldo credor de PIS e COFINS apurados na DICON/SPEED PIS E COFINS conforme disciplinado na Lei nº 10.833/03 e

pela Lei 10.637/2002, já efetuado o pedido de ressarcimento à Receita Federal. Créditos registrados na conta de sobras a realizar créditos de PIS/COFINS, de acordo com o relatório da consultoria tributária especializada contratada, sendo que o valor ajustado refere-se às alterações ocorridas em função das compensações efetuadas durante o exercício de 2023. As compensações realizadas serão distribuídas aos associados utilizando o mesmo critério de votação das sobras de cada exercício.

Ano	PIS/COFINS VALORES EM REAIS
2005	4.520.299,03
2006	895.984,30
2007	1.154.312,91
2008	2.981.152,69
2009	2.404.855,77
2010	7.334.199,88
2011	7.442.395,85
2012	4.263.332,19
2013	4.836.425,72
2014	8.172.271,22
2015	7.082.765,89
2016	4.604.796,12
2017	4.127.108,16
2021	1.723.159,68
2022	2.603.973,79
2023	5.369.495,04
SUBTOTAL	69.516.528,24
Créditos de Pis e Cofins ICMS	1.041.555,67
TOTAL	70.558.083,91

10. INVESTIMENTOS

Neste exercício não foram reconhecidas eventuais sobras ou perdas apuradas nas Cooperativas de Crédito e Agropecuárias, as quais a COMPLEM tem participação societária, considerando que deixaram de informar os resultados em tempo hábil. Por esse motivo serão reconhecidos no exercício de 2024.





11. IMOBILIZADO

Avaliados pelo custo de aquisição e de alocação, conforme demonstrado no quadro a seguir:
Valores em 31.12.2023.

UNIDADES	CUSTO CORRIGIDO	(-) DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
Morrinhos	18.883.005,88	9.390.896,72	9.492.109,16
Caldas Novas	2.662.826,83	1.092.714,63	1.570.112,20
Água Limpa	1.460.855,27	580.302,75	880.552,52
Edealina	1.083.998,92	522.249,81	561.749,11
Rio Quente	1.134.140,01	455.517,52	678.622,49
Brasília	133.988,19	104.849,04	29.139,15
Aparecida de Goiânia	1.576.493,57	728.128,48	848.365,09
Fábrica de Laticínios	35.809.991,80	27.136.792,75	8.673.199,05
Fábrica Ração	5.424.321,66	3.759.146,99	1.665.174,67
Buriti Alegre	266.933,12	212.233,33	54.699,79
Indiara	470.970,10	251.348,81	219.621,29
Pontalina	159.920,32	101.076,33	58.843,99
Edéia	89.694,18	65.241,73	24.452,45
Aloândia	65.104,79	54.586,76	10.518,03
Corumbáiba	241.378,02	87.106,27	154.271,75
Auto Posto	1.510.074,43	776.835,75	733.238,68
Fábrica de Sal	5.123.923,38	3.024.172,91	2.099.750,47
Itumbiara	267.008,88	106.771,95	160.236,93
Fazenda Experimental	2.643.137,52	516.161,19	2.126.976,33
Armazém Graneleiro	16.855.148,44	9.762.656,01	7.092.492,43
Goiatuba	119.170,48	108.198,49	10.971,99
Imobilização em Andamento	17.497.114,19		17.497.114,19
Cultura em Formação/CD	603.154,84	96.343,15	506.811,69
Ipameri	67.540,34	20.456,87	47.083,47
TOTAL	114.149.895,16	58.953.788,24	55.196.106,92

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Banco do Brasil S.A. – FCO/INSUMOS (a)	62.606.258,30	20.000.000,00	82.606.258,30
Créditos não reclamados/seguros (a)	2.320.093,34		2.320.093,34
Banco Itaú(a)	21.017.270,79		21.017.270,79
Unicred (a)	36.866.271,45	9.992.136,15	46.858.407,60
Banco Safra (a)	1.195.443,00		1.195.443,00
Leasing/ (a) 12b	226.506,44		226.506,44
CX Federal (a) e 12b	30.932.414,60	20.295.248,16	51.227.662,76
Bradesco S/A (a)	16.467.732,00		16.467.732,00
Engecred	5.138.205,83	5.000.000,00	10.138.205,83
TOTAL	176.770.195,75	55.287.384,31	232.057.580,06

13. FORNECEDORES E EMPREITEIROS

O saldo está representado por débitos com fornecedores diversos, no montante de R\$ 81.276.404,12, necessários à operação de suas atividades normais.

14. COOPERADO MOVIMENTO

DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Cooperado movimento (a)	8.519.264,56		8.519.264,56
Cooperado capital a restituir (a 14b)	664.891,38	4.135.905,49	4.800.796,87
Juros a restituir (a)	3.288.293,93		3.288.293,93
Sobras a distribuir (a)	508.949,81		508.949,81
Bonificação sobre compras (a)	493.121,11		493.121,11
TOTAL	13.474.520,79	4.135.905,49	17.610.426,28

(a) Valores a pagar relativos ao fornecimento de matéria-prima (leite) pelos cooperados após as deduções de fornecimento de insumos/consumo.

(b) Devolução do capital social dos associados demitidos conforme decisão das Assembleias Gerais do exercício e de exercícios anteriores.

(c) Sobras a distribuir para os cooperados conforme decisão da Assembleia Geral de exercícios anteriores.

(d) Juros sobre capital realizado do exercício e de exercícios anteriores.

15. CONTINGÊNCIAS

DEMONSTRATIVO DAS CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	VALOR
INSS Produtor ação judicial	15.011.212,15
INSS Compensação administrativas	796.785,02
ICMS energia elétrica	214.785,76
Contingências ICMS padaria	652.889,95
Contingência processo FUNDEINFRA	3.610.390,47
Contingências trabalhistas	250.000,00
TOTAL	20.536.063,35

16. PATRIMÔNIO SOCIAL

16.1 Capital social

O capital social é formado por cotas-partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas-partes e a correção monetária do capital e do balanço, foi calculada de acordo com a lei até 31/12/1995.

16.2 Fundo de Reserva legal

O resultado do exercício mesmo que positivo, não foi suficiente para cobrir as verbas para reversões e destinações de acordo com a lei e o estatuto. Fizemos a reversão do fundo de reserva legal até o limite das mesmas, havendo apenas a mutação na conta do patrimônio líquido.

16.3 Fundos de Reserva de assistência técnica, educacional e social - FATES

O resultado do exercício mesmo que positivo, não foi suficiente para cobrir as verbas para reversões e destinações de acordo com a lei e o estatuto. Fizemos a reversão do fundo de reserva legal até o limite das mesmas, havendo apenas a mutação na conta do patrimônio líquido.

Agrega também a este fundo, doações sem destinação especial, os resultados de operações com ato não cooperativo.

16.4 Fundos para investimento conforme art. 69 item IV.

O resultado do exercício mesmo que positivo, não foi suficiente para cobrir as verbas para reversões e destinações de acordo com a lei e o estatuto. Fizemos a reversão do fundo de reserva legal até o limite das mesmas, havendo apenas a mutação na conta do patrimônio líquido.

16.5 Sobras a realizar PIS E COFINS

a) Foi contabilizado nessa conta de Sobras a Realizar o valor de R\$ 69.516.528,24 que é referente aos créditos de PIS e COFINS, gerados por força das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003 e alterações posteriores referente aos exercícios de 2005 a 2023, já efetuados junto a Receita Federal do Brasil os pedidos de ressarcimentos em dinheiro por consultoria especializada. As verificações para comprovação da existência dos créditos, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil já estão em andamento e os primeiros créditos já foram autorizados, compensados e ressarcidos em parte. Sendo que, a parte que foi indeferida, a Cooperativa entrou administrativamente com manifestação de inconformidade junto a RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

16.6 Sobras PIS E COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS E COFINS.

A cooperativa compensou no pagamento de tributos o valor de R\$ 2.046.461,32, ficando saldo a receber ou compensar, no valor de R\$ 1.041.555,67 já habilitados de forma judicial junto a RECEITA FEDERAL DO BRASIL. A empresa prestadora dos serviços advocatícios assinou acordo judicial concordando com os valores a serem ressarcidos e o pagamento dos honorários, bem como a desistência de todas as ações judiciais inerentes ao processo.

16.7 Sobras à disposição da AGO

Não houve sobras a distribuir para os cooperados nesse exercício, devido às reversões e destinações feitas para atenderem a lei e o estatuto. Mesmo o resultado do ano sendo positivo.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Cooperativa não obtinha aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco na data de encerramento do exercício 2023.

a. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Cooperativa podem ser considerados como:

1. Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes e associados, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, tendo a sua carteira de clientes pulverizada e administrado por um comitê financeiro.

18. DESPESAS FINANCEIRAS - OUTRAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Juros de empréstimos / Financiamentos	29.127.880,77
Despesas com consultorias tributárias	1.709.895,51
Taxas bancárias	3.066.592,91
Descontos concedidos/bonificações	2.998.956,05
Contingências/ multas	2.137,30
Baixa PCLD Perdas	874.509,84
Outras despesas	1.212.791,80
TOTAL	38.992.764,18

19. RECEITAS FINANCEIRAS-OUTRAS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Descontos recebidos /Créditos tributários	12.568.088,13
PROGOIÁS	5.870.985,03
Compensação de PIS E COFINS guia de impostos	18.513.595,04
Outras Receitas	2.149.232,44
Sobras técnicas/milho/sorgo/inventário	1.943.676,65
Receitas Financeiras Aplicações	16.832.365,73
PIS COFINS Operações com terceiros/ estorno	7.244.554,17
Juros ativos Cooperados/Clientes	8.400.924,29

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Serviços prestados aos cooperados	668.315,26
Recuperação de despesas/outras receitas	2.447.633,68
PIS/Cofins ressarcidos	7.313.813,76
TOTAL	83.953.184,18

20. SEGUROS

A Cooperativa mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

21. FISCALIZAÇÃO

No período ocorreram revisões fiscais por parte das receitas Municipal, Estadual e Federal nos registros da Cooperativa sem autuações de maior relevância. No entanto, não está afastada a possibilidade de existirem contingências fiscais oriundas de futuras verificações nos exercícios não prescritos, bem como fiscalizações de outros órgãos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos, interpretações e orientações foram emitidos a partir do ano de 2010.

A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a partir do exercício de 2015 conforme determina a Lei 12.973/2014 ficando a cooperativa, já enquadrada pelo seu porte de faturamento. Contratamos empresa especializada e o trabalho já foi concretizado. Por decisão do Conselho de Administração precisa ser revisado e avaliado e assim que for concluído será levado ao conhecimento e aprovação da AGE para posteriormente efetuarmos os ajustes calculados. Com relação aos recolhimentos de IR e CSLL sobre as aplicações financeiras, apuramos pela regra proporcional aos atos cooperativos e não cooperativos, de acordo com as orientações e recomendações da Consultoria tributária especializada.

23. INCORPORAÇÃO DA USIMED DE MORRINHOS-COOPERATIVA DE USUÁRIOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA – CNPJ 03.281.162/0001-33.

No dia 12/01/2022, por decisão da Assembleia Geral Extraordinária com aprovação pelas duas partes, foi incorporada sendo registrado nas contas do ativo e passivo da incorporadora conforme determina a legislação, as contas dos direitos e obrigações da incorporada no valor do ativo de R\$ 541.993,98 e passivo de igual valor. A efetivação definitiva da incorporação, somente foi concretizada no mês de agosto de 2022, devido problemas burocráticos junto aos órgãos de registro. O fato de não ter ocorrida na data correta a incorporação, ficou prejudicado as informações fiscais acessórias para receita federal.

24. EFEITOS EM FUNÇÃO DA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO

No início de 2014, a cooperativa passou a utilizar sistema de informatização especialmente desenvolvido para atender suas necessidades gerenciais e de controles internos. No entanto, mesmo já finalizados a maioria das mudanças, e já concluídas a fase de testes de segurança e construções de parte dos relatórios gerenciais e melhorias nos controles internos. Ainda, algumas pequenas divergências de saldos em contas patrimoniais poderão ocorrer, no entanto, e com segurança, não são relevantes, haja vista as conciliações já efetuadas. E se ocorrerem eventuais efeitos decorrentes, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis de 2024.

ÊNFASE:

Em atendimento a decisão judicial liminar de 27/02/2024, que suspendeu os efeitos retroativos. A cooperativa não estornou os valores relativos do fundo de investimentos dos exercícios 2021/2022.

Por este motivo não atendemos o parecer da auditoria externa.

Morrinhos, 29 de fevereiro de 2024.

SERGIO DE OLIVEIRA PENIDO

CPF – 469.544.141-15

Presidente do Conselho de Administração

RICARDO BATISTA DE LIMA

CPF – 758.754.891-20

1º - Conselheiro Vogal

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA

CPF – 126.520.401-20

1º Vice Presidente

VÁGNITON SILVA RIBEIRO

CPF – 466.866.221-68

4º - Conselheiro Vogal

IGOR DE SOUZA CÂNDIDO

CPF – 601.421.891-20

2º Vice Presidente

JOSÉ RODRIGUES VARGAS

CPF – 052.257.951-53

2º - Conselheiro Vogal

JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE LIMA

CPF – 418.729.831-20

3º - Conselheiro Vogal

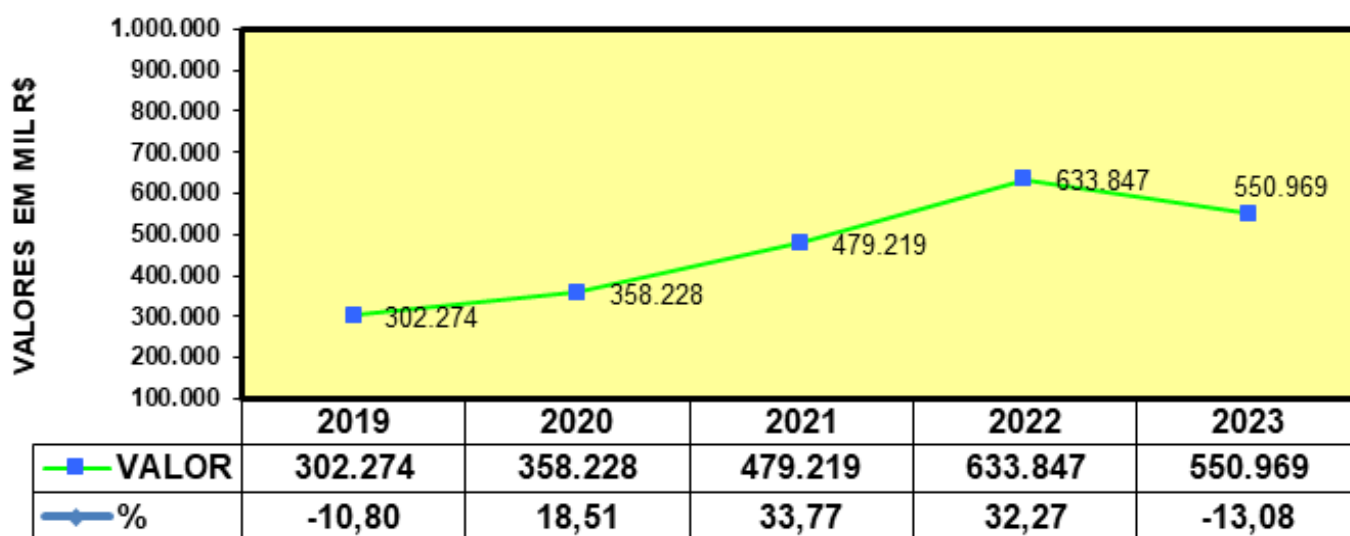
ITAMAR FERNANDES DE MELO

CPF – 129.868.871-04

Contador/CRC-GO/005.053/O-4/987/S/DF

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

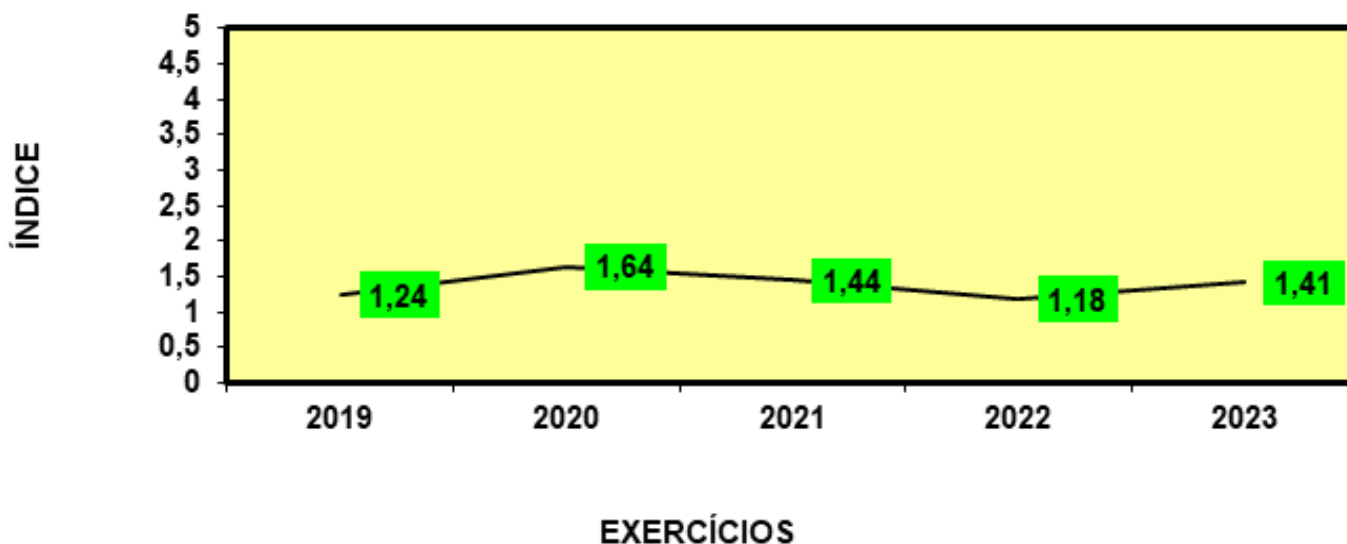
ATIVO TOTAL



EXERCÍCIOS

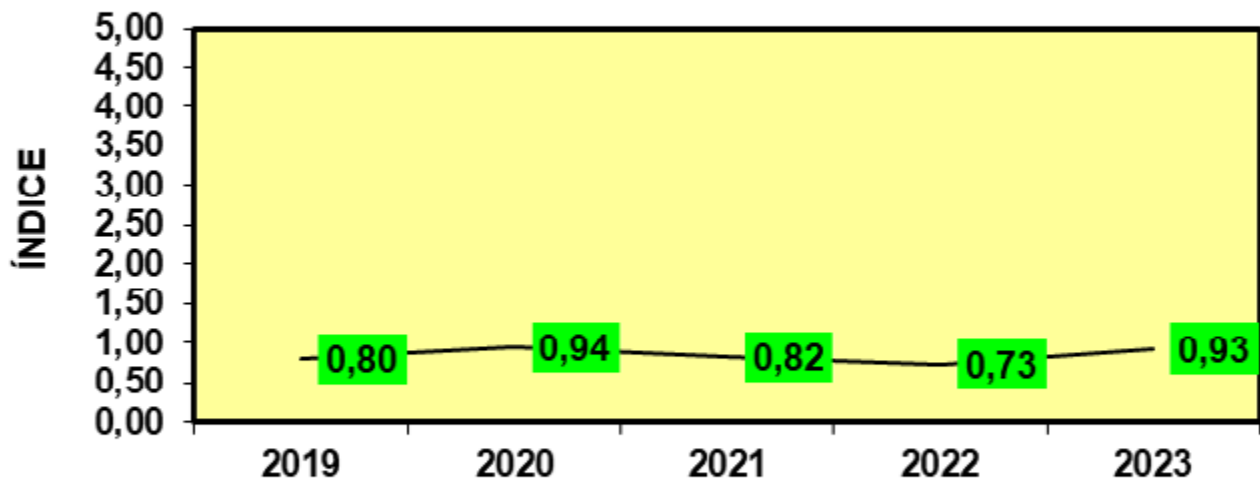
Redução de 13,08%, em relação ao exercício anterior das contas caixa, aplicações, contas a receber e estoques. E no passivo redução das contas de empréstimos, fornecedores e reserva de sobras a realizar de PIS e COFINS.

LIQUIDEZ CORRENTE



O índice acima de 1,41, revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto a empresa tem de Ativo Circulante para cada real do Passivo Circulante.

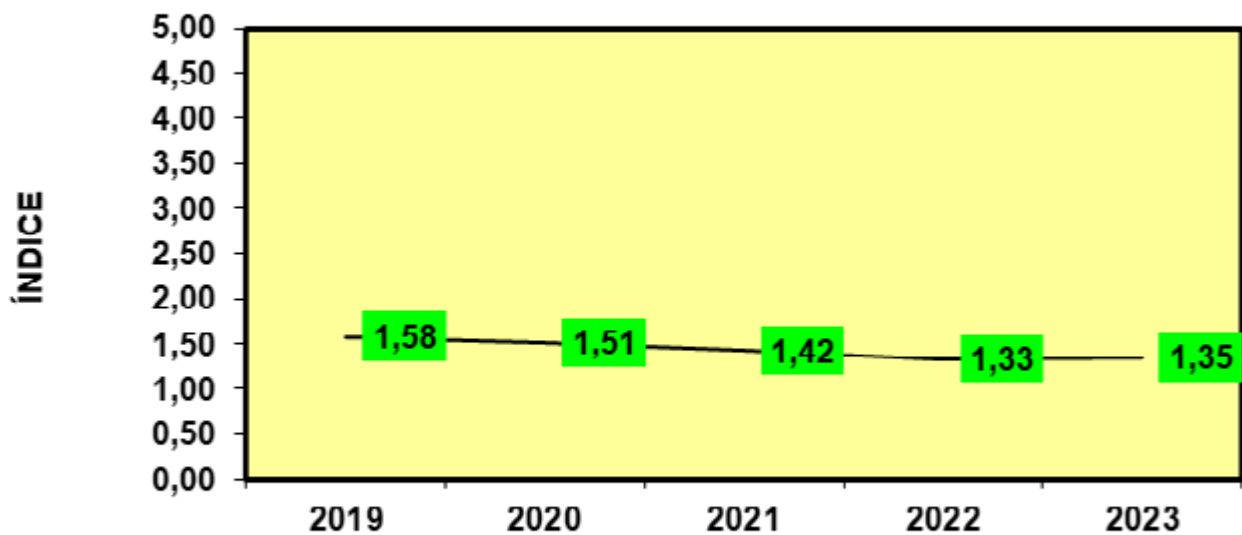
LIQUIDEZ SECA



EXERCÍCIOS

O índice de 0,93 revela a capacidade financeira líquida da empresa para cumprir os compromissos de curto prazo, isto é, quanto à empresa tem de Ativo Circulante Líquido para cada real do Passivo Circulante.

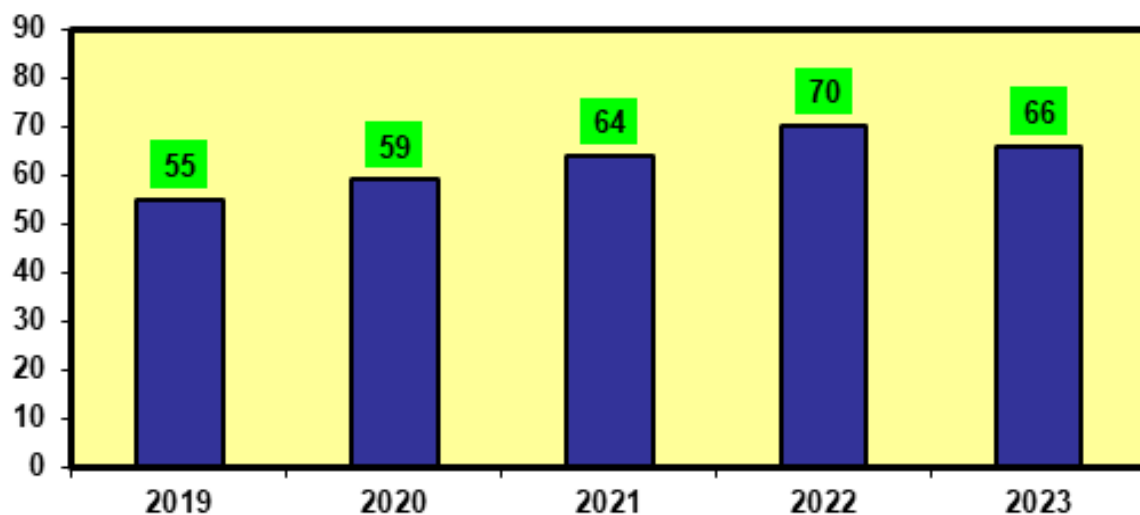
LIQUIDEZ GERAL



EXERCÍCIOS

O índice de 1,35 evidencia se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, isto é, quanto à empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo para cada real de obrigação de Curto e Longo Prazo.

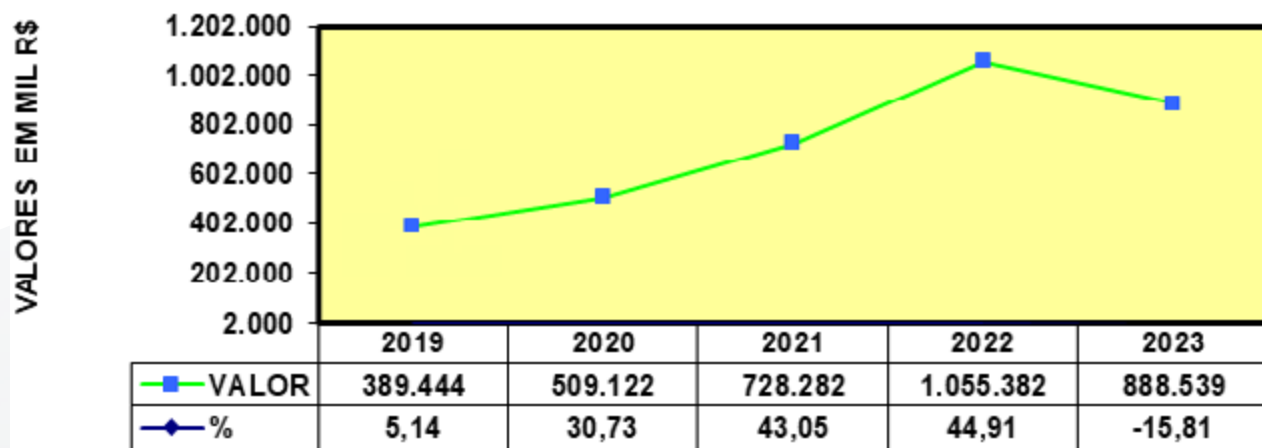
GRAU DE ENDIVIDAMENTO



EXERCÍCIOS

Isto representa que o Ativo Total é financiado com 66% de capital de terceiros e 34% de capital próprio.

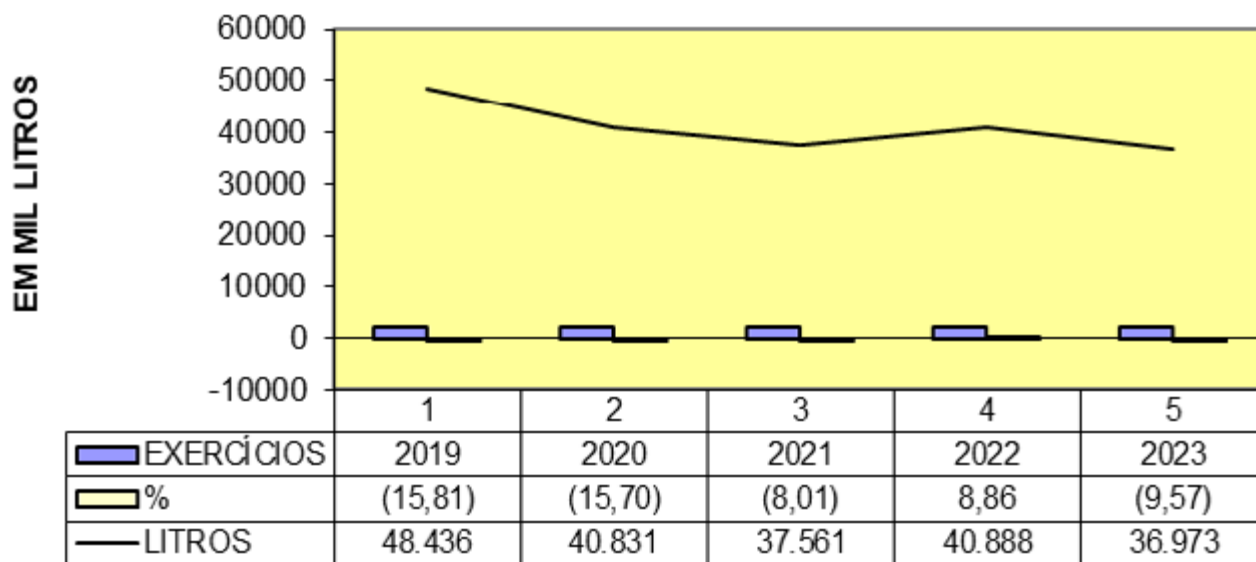
EVOLUÇÃO RECEITA OPERACIONAL BRUTA



EXERCÍCIOS

A receita bruta demonstra uma Redução de 15,81% em relação ao exercício anterior, sendo perfeitamente justificável, pela deflação da cadeia produtiva do agronegócio.

CAPTAÇÃO MATÉRIA PRIMA LEITE



Significa que a Cooperativa obteve no exercício uma redução de 9,57%. Motivo maior é a migração dos produtor de leite para outras atividades e a saída para outros laticínios.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos, após examinarem a escrita, toda a documentação contábil e apreciando o Balanço Patrimonial, encerrado em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações do Resultado do exercício e o parecer dos Auditores Independentes, resolveram aprová-los, uma vez que retratam fielmente a situação econômico-financeira e recomendam, portanto, à Assembleia Geral a sua aprovação.

Morrinhos, 29 de fevereiro de 2024.

Alexandre Marques dos Reis

CPF: 757.951.591-15

Renato Estevão Reis

CPF: 034.494.721-19

Robson Rodrigues de Oliveira

CPF: 211.706.811-15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Cooperados da
COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**
Morrinhos – GO.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE LEITE DE MORRINHOS – **COMPLEM**, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades cooperativas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria nas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às sociedades cooperativas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis às sociedades cooperativas, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta aos riscos identificados, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis utilizadas e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas

de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Ênfase

Chamamos atenção para a Nota Explicativa “16.4” das Demonstrações Contábeis do exercício social de 2023, **com a qual concordamos**, que informa ter efetuada a reversão do Fundo de Investimento constituído com base no artigo 74 do Estatuto Social nos exercícios sociais de 2021 e 2022, no valor total de R\$ 14.354.565,63, em desacordo com a ordem do dia dos editais de convocação das AGOs – Assembleias Gerais Ordinárias que aprovaram as contas dos exercícios sociais de 2021 e 2022, considerando que o item “2” da pauta de referidos editais determinou a destinação das sobras líquidas dos exercícios sociais de 2021 e 2022, para o fundo de investimento nos termos do disposto no artigo 69 do Estatuto Social, ou seja, 10% para o Fundo de Reserva, 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, 20% para aumento de Capital Social e 35% para o Fundo de Investimentos.

Mesmo assim, por interpretação errônea do artigo 74 do Estatuto Social, e contrariando a ordem do dia das assembleias gerais referidas, haviam sido destinados ao Fundo de Investimentos R\$ 14.354.565,63, cuja destinação se recomenda seja revertida para corrigir a determinação da ordem do dia das referidas assembleias, “ad-referendum”, da Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre a prestação de contas do exercício social de 2023.

Cabe ressaltar que tal reversão **não muda o resultado líquido do exercício social de 2023 que é de R\$ 9.266.875,65, além disso não traz prejuízo algum para os cooperados pois o artigo 69 do Estatuto Social**, conforme consta na pauta dos editais de convocação das AGOs de prestação de contas dos exercícios sociais de 2021 e 2022. Pelo contrário, **tais reversões conforme artigo 69, somente beneficia os cooperados.**

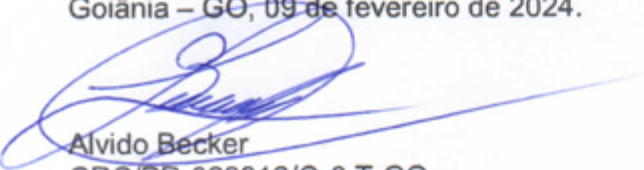
A reversão do Fundo de Investimentos constituído com base no artigo 74 do Estatuto Social nos exercícios sociais de 2021 e 2022, também não prejudica a cooperativa porque ocorre apenas a mutação de um fundo para outros dentro do mesmo grupo de contas, qual seja, o Patrimônio Líquido.

Referida reversão também não altera os indicadores de liquidez, pois não altera o ativo e nem o passivo, apenas há uma transferência contábil entre contas componentes do grupo do Patrimônio Líquido, **o que beneficia os cooperados**, considerando que parte de um fundo indivisível vai ser destinado à integralização do capital social dos cooperados, cuja conta contábil compõe o mesmo grupo contábil no Patrimônio Líquido, e, ao mesmo tempo os recursos financeiros da reversão acima referida continuarão no capital de giro normal da cooperativa.

Sendo assim, a supracitada reversão do referido fundo de investimento apenas visa corrigir a determinação dos editais de convocações, e evidentemente beneficiará diretamente o cooperado e em nada prejudicará a sociedade cooperativa como comprovado acima.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Goiânia – GO, 09 de fevereiro de 2024.



Alvido Becker
CRC/PR-023012/O-8 T-GO
Auditor Independente
Registro CNAI/CFC 6023
Credenciamento OCB nº 1.040/2

